

O AGRAVAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E O DESMONTE DAS POLÍTICAS NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Megue Paula Gonçalves Costa ¹

Luciene Aparecida da Silva Faria Sales ²

Warllon de Souza Barcellos ³

RESUMO

O presente artigo resulta de pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo analisar quais os fatores responsáveis pelo agravamento das expressões da questão social, apresentando conceitos e algumas definições necessárias para que se possa ser explicado esse processo até o contexto atual, levando em consideração a exploração da força de trabalho, que expressa relação direta com o surgimento das desigualdades sociais existentes. A Questão Social é abordada não somente como desigualdade, mas também como rebeldia e lutas travadas pela classe trabalhadora, lutas estas que apesar de muitos desafios ainda tiveram papel fundamental no que diz respeito à consolidação de direitos mínimos para sua subsistência. Porém, já no contexto neoliberal se depara com retrocessos diante dessas conquistas, direitos os quais foram instituídos, passam a sofrer desmontes por parte do Estado.

Palavras-chave: Questão Social; Neoliberalismo; Políticas Sociais.

¹ Autora. Graduada do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola. E-mail: meguegoncalves@hotmail.com

² Co-autora. Graduada do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Carangola. E-mail: lucienefaria3@gmail.com

³ Co-autor. Mestre em Políticas Sociais. Doutorando em Sociologia Política (UENF). Professor do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado de Minas Gerais. E-mail: warllon_barcellos@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo fazer uma contextualização da Questão Social no modo de produção capitalista, buscando desvelar seus aspectos históricos desde sua origem até a contemporaneidade. Para isso, torna-se necessário uma discussão ampla no sentido de contextualizar o próprio desenvolvimento e as metamorfoses do sistema vigente, contemplando todas as fases desse modo de produção, que expressa relação direta com a Questão Social, além de ser o motivador das múltiplas expressões da questão social.

Entendendo que a Questão Social é considerada uma contradição capital versus trabalho, trazemos ainda uma discussão no sentido de mostrar que além da desigualdade social, a Questão Social passou a ser entendida em certo momento da história como rebeldia a partir do momento em que o proletariado trava uma luta constante diante de um quadro de exploração intensiva a que eram submetidos pelos donos dos meios de produção, e as péssimas condições em que viviam.

Buscamos ainda resgatar algumas particularidades históricas na conjuntura brasileira, trazendo demarcações marcantes no país como a colonização, a exploração de matérias primas, bem como a exploração da mão de obra escrava e indígena. Sendo assim, de acordo com o contexto político e econômico do Brasil, procuramos relacionar a Questão Social com as particularidades do país, bem como o trato dado as expressões da questão social em cada período da história até a contemporaneidade.

Com a incorporação do neoliberalismo a partir da década de 1990 que trazia consigo novos ideários, reforma esta que, além de exercer uma ofensiva contra o trabalho, também desvitalizava a organização como classe trabalhadora, tornando as relações, precarizadas e fragilizadas. Concomitante a isso, emprenhava-se ao desmonte irrestrito das políticas sociais, onde se é observado um fluxo de mercadorização e flexibilização dessas políticas, ocasionando consequências no que diz respeito a garantia de direitos sociais, fomentando dessa forma, grandes tensões, pois o Estado tem se mostrado progressivamente mínimo quanto a intervenção das expressões da questão social.

2. O AGRAVAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL E O DESMONTE DAS POLÍTICAS NO CONTEXTO NEOLIBERAL.

Esse ponto tem o propósito analisar o que levou a existência da Questão Social, suas expressões, quais os fatores responsáveis por seu agravamento, apresentando conceitos e algumas definições necessárias para que se possa ser explicado esse processo até o contexto atual. Para isso se fará necessário uma contextualização acerca do capitalismo, bem como do processo de acumulação e exploração da força de trabalho, que expressa relação direta com o surgimento das desigualdades sociais existentes.

Posteriormente, será feita uma análise contextualizando fatores relevantes no que diz respeito à formação social brasileira, além do desenvolvimento do capitalismo no país, o que caracterizou um quadro de superexploração dos trabalhadores, levando em conta as particularidades históricas, em que apresenta um contexto de usufruto da mão de obra escrava e indígena, além de ser um país marcado pela exploração de seus bens através da colonização.

A Questão Social é abordada não somente como desigualdade, mas também como rebeldia e lutas travadas pela classe trabalhadora, lutas estas que apesar de muitos desafios ainda tiveram papel fundamental no que diz respeito à consolidação de direitos mínimos para sua subsistência. Porém, já no contexto neoliberal se depara com retrocessos diante dessas conquistas, direitos os quais foram instituídos, passam a sofrer desmontes por parte do Estado.

2.1 Breve análise dos elementos que compõem a gênese da Questão Social e suas particularidades no cenário brasileiro.

Compreende-se que a Questão Social está diretamente vinculada ao conflito do capital versus trabalho como reitera Iamamoto (2000), ou seja, são todos os problemas sociais, políticos e econômicos que decorre nas relações cotidianas do trabalho, formando as desigualdades sociais.

Diante disso é preciso também retroagir a alguns séculos para entender o próprio capitalismo e para isso será considerada a teoria social de Marx, que o definia como uma condição própria das relações sociais entre os homens, sendo estas relações mediatizadas por usufruto privativo dos recursos na mão de uma parte ínfima, determinando assim o surgimento de outra classe, integrada por aqueles que tinham apenas sua força de trabalho. Sendo assim, essa força de trabalho passa a ser vendida e se torna mercadoria como qualquer outra, dando origem ao trabalho assalariado como afirma Martinelli (2011).

Inicialmente na sociedade medieval, as relações eram exclusivamente de troca,

porém o chamado feudalismo traz consigo grandes crises e o desenvolvimento do capitalismo mercantil, onde as trocas agora passam a ter como propósito o acúmulo do lucro e a divisão social do trabalho, sendo que quanto maior a riqueza, maior o poder político, onde controlam os pequenos produtores, bem como o mercado, favorecendo cada vez mais a classe burguesa. Santos (2012) assegura que exatamente nos séculos XIV e XV é perceptível a concentração dos poderes políticos e econômicos nas mãos de burgueses, sendo tal situação a realidade de toda a Europa até o século XVI, onde também se originava o processo de acumulação primitiva, sendo esta o processamento histórico que desassocia o trabalhador dos meios de produção.

Acumulação primitiva se trata de um conceito formulado por Karl Marx para retratar a gênese histórica do capitalismo, a forma como se deu o processo de acumulação e o método utilizado para este fim. Esse processo se constitui como o ponto de partida para o desenvolvimento do sistema capitalista, onde remove do trabalhador o domínio de seus meios de trabalho, um procedimento que converte o capital, os meios sociais de sobrevivência e os de produção. Houve diferentes estimuladores da acumulação primitiva, o sistema colonial foi um, pois fez prosperar o comércio e a navegação, e produziu as sociedades mercantis, às quais os governos concederam monopólios e privilégios, meios poderosos para efetuar a concentração dos capitais.

Dessa forma, os camponeses que conseguiram acumular recursos para outros investimentos e acumular mais capital, mantiveram em seu poder uma classe empobrecida e imposta pela miséria a se desfazer de suas terras. Sendo assim, a existência de classes antagônicas - de um lado donos dos meios de produção, do outro, trabalhadores livres, que vendem sua força de trabalho - originou um procedimento o qual ficou marcado pela expropriação dos camponeses de suas terras e ficou conhecido como “cercamentos” para criação de ovelhas que, segundo Santos (2012),

Os conhecidos “cercamentos” das terras se fizeram objetivando gerar uma oferta de trabalho adequada às necessidades do capital que, para dar lucro, precisa, necessariamente, explorar a força de trabalho. Ante os níveis de desemprego atuais chega a ser difícil imaginar que algum dia a oferta de força de trabalho tenha sido um problema para os capitalistas. No entanto devemos lembrar que, nesse momento, o acesso à terra por parte dos camponeses supria suas necessidades de modo que era preciso apartá-los desses meios

de produção para que estivessem dispostos a trabalhar em troca de um salário. (SANTOS, 2012, p. 32).

Diante disso, a ordem econômica capitalista saiu do seio da ordem econômica feudal, a dissolução de uma desagregou os elementos constitutivos da outra. O regime feudal foi substituído pelo regime capitalista no momento em que o produtor imediato, desprovido dos meios de produção passa a vender sua força de trabalho. O trabalhador após ter sido submetido à exploração pela força bruta, passa por submeter-se a ela voluntariamente visto que não tem outra alternativa. Esses emancipados vendem a si próprios porque se veem obrigados a isso para sobreviver. Além disso, a burguesia desde o princípio da Revolução Francesa, se atreveu a despojar a classe operária do direito de associação que esta apenas acabava de conquistar.

De acordo com Martinelli (2011), por uma lei de 14 de junho de 1791⁴, se consignou que todo o acordo tomado pelos trabalhadores para a defesa dos seus interesses comuns fosse declarado “atentatório à liberdade e à declaração dos direitos do homem”, e castigado com multa e privação dos direitos de cidadão. Com o progresso da produção capitalista formou-se uma classe cada vez mais numerosa de trabalhadores que graças à educação, aos costumes transmitidos, se conforma com as exigências do atual regime econômico.

O estabelecimento do mercado interior para o capital industrial se deu após uma contínua expropriação dos lavradores, fomentada por leis selvagens contra os vagabundos. Introduziu violentamente nas indústrias das cidades massas enormes de proletários e contribuiu para destruir a antiga indústria doméstica. Regime colonial, dívidas públicas, dilapidações fiscais, proteção industrial, guerras comerciais e etc. adquiriram um desenvolvimento gigantesco durante a primeira juventude da grande indústria. A base do sistema capitalista é a separação radical do produtor e dos meios de produção.

Em resumo, o trabalhador tem se desassociado das condições de trabalho, e se transformando em livres e assalariados. Além disso, foi criado um conjunto de leis coercitivas e de submissão, além de exorbitante exploração aos assalariados, leis essas chamadas por Marx (2001) de leis “sanguinárias”, que tornava a jornada

⁴ Foi uma lei francesa, aprovada no começo da Revolução Francesa, em 14 de junho de 1791, que proibia os sindicatos, bem como as greves e as manifestações da classe trabalhadora. Defendendo a iniciativa privada, as punições a aplicar aos sindicalistas se estendiam desde altas quantias em dinheiro igualmente a privação de direitos de cidadania até mesmo à pena de morte.

de trabalho extensa e os salários mais baixos, dando origem à mais-valia, fato importante para a acumulação primitiva, sem contar a proibição da organização política dos proletários.

Ao longo da história, muitas foram as circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento do sistema capitalista, porém esses acontecimentos ocorreram de forma vagarosa, no decorrer dos séculos. Sendo assim, não se pode demarcar de forma exata o seu surgimento, mas sim delimitar alguns aspectos mais relevantes para o seu fortalecimento.

Um condicionante importante para esse processo ocorrido entre os séculos XVII ao XIX foi o progresso do chamado capitalismo concorrencial que, como afirma Santos (2012), tinha em sua base a indústria e o comércio, pois as transações e conjunções que decorriam nesse estágio se tornavam propícias a esse sistema. Outras eventualidades ocorreram no século XVII, que ficou marcado principalmente por algumas invenções que futuramente iriam dar ferver ao processo de produção a algumas fábricas já existente nesse período.

Entre o final do século XVIII e meados do século XIX a Inglaterra presenciava a chamada Revolução Industrial, que se expandiu por toda a Europa e também para outros países. Isso significava além de novas descobertas, um avanço no processo de produção e a ascendência do capitalismo industrial. Ademais, esse cenário daria lugar a algumas invenções consideradas um marco para esse processo. Segundo Santos (2012, p.35), “[...] o tear e a máquina a vapor constituem a base técnica da Primeira Revolução Industrial, que se estende até meados do século XIX”.

A mão de obra humana dava lugar assim as máquinas que eram ponto de partida da Revolução Industrial. A produção manual agora cedia para uma produção mecânica, mais ágil, e a produção que antes era realizada por pequenos grupos de pessoas passava agora pelas mãos de centenas de trabalhadores.

A revolução industrial significou algo mais do que a introdução da máquina a vapor e dos sucessivos aperfeiçoamentos dos métodos produtivos. Ela representou o triunfo da indústria capitalista, capitaneada pelo empresário capitalista que foi pouco a pouco concentrando as máquinas, as terras e as ferramentas sob o seu controle, convertendo grandes massas humanas em simples trabalhadores despossuídos. (MARTINS, 1994, p. 5-6).

Na medida em que a produção ocorria, crescia exacerbadamente a

acumulação através do excedente e os donos dos meios de produção obtinham poder pleno. Podiam agora investir em máquinas cada vez mais aperfeiçoadas e com capacidade de produzir ainda maior. Concomitante a isso, este momento histórico estabeleceu muitas mudanças, tanto no modo de produzir, quanto nos costumes e modo de organização social.

Os camponeses e artesãos que outrora foram expulsos de suas terras pelos detentores do poder devido a necessidade de mão de obra viva para a acumulação, continuavam a sofrer mudanças radicais em seus hábitos, pois não foram somente desapropriados de suas terras e ferramentas, mas foram também apartados de sua liberdade e de seus costumes.

Seguindo então uma lógica de acontecimentos, inicialmente se predominavam as atividades artesanais, logo após a chamada manufatureira e posteriormente a fabril. A ascensão das fábricas desencadeou uma imigração para as cidades em busca de melhores condições de vida, porém, os resultados dessa busca foram incompatíveis. A maioria das fábricas naquele momento comportava uma mão obra barata, sendo em sua grande maioria composta por crianças e mulheres, que se subordinavam a jornadas extensas, salários insatisfatórios além de precárias condições de trabalho no chão das fábricas. Ao lado disso, as cidades crescentes não tinham estrutura para comportar a população que chegava do campo. Sendo assim, as condições de vida eram ainda devastadoras, pois não havia serviços de saúde, sanitários e etc.

Já nesse estágio era perceptível o crescimento do pauperismo da classe trabalhadora, que vivia em condições desumanas, tanto em relação ao modo de se vestir, quanto de moradia e alimentação. Apesar disso eram condicionados a despender de toda sua energia em jornadas de até 16 horas diárias em diferentes turnos, e exigindo dos trabalhadores, que se estendia a crianças e mulheres, ritmos cada vez mais acelerados diante de uma severa supervisão, o que levava muitos a ter uma vida curta, por consequência dessas condições, o que ocorria muitas vezes dentro das fábricas.

Contudo, a intensa divisão do trabalho levou a classe operária a se concentrar aos arredores das fábricas, acelerando o processo de urbanização, porém não existia nenhum tipo de investimento urbano como afirma Santos,

Era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade da população infantil e adulta, habitações em locais insalubres,

doenças, fome, baixos salários (SANTOS, 2012, p. 37).

A partir dessas condições insalubres, os proletários não tinham alternativa a não ser viverem nessas condições propostas pelos proprietários dos meios de produção, conforme Netto, (2012) “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”, pois os burgueses se apropriavam de toda a mais-valia⁵, enquanto o trabalhador continuava a receber salários precários.

Diante de um contexto de globalização e a evolução de novas tecnologias, emerge um padrão diferenciado de produção, fazendo com que a demanda de trabalho seja minimizada, ocasionando o crescimento do exército industrial de reserva⁶, o que ao mesmo tempo em que favorece o capital, conseqüentemente gera um crescimento exacerbado da exclusão social, cenário do qual se destaca o desemprego em massa, e salários reduzidos, podendo destacar similarmente a pauperização e o agravamento das mais variadas expressões da questão social.

Uma parte do operariado se moldava ao ditame burguês, entretanto, muitos decepcionados e desmoralizados pela forte exploração e a descomunal decadência, se deixavam levar pelo alcoolismo, demência, muitos suicídios dentre outras conturbações. Apesar disso, parcela dessa população em situações miseráveis enxergava uma resposta em rebeliões, revoltas e revoluções, tendo em vista a sua proteção, melhores condições de trabalho, bem como a fortificação da luta operária. É importante salientar que, quando tomam conhecimento de sua importância na sociedade, passam a se reconhecer como agentes sociais e transformadores. Fatores esses que caracterizam a Questão Social, onde a partir do século XIX, tem sido discutida.

Cenário este que originou a consciência de classe, trazendo consigo protesto por parte da classe operária, que mais tarde culminou em 1848 um marcante movimento revolucionário. A Questão Social é, portanto, as expressões do processo de construção e desenvolvimento da classe operária e também o ingresso dessa classe no cenário político, diante do fato de que o trabalhador

⁵Mais-Valia é uma expressão criada por Karl Marx, a qual significa uma parte do valor da força de trabalho produzida pelo trabalhador no processo de produção, e que não recebe a remuneração devida pelo capitalista.

⁶O exército industrial de reserva é um conceito elaborado por Karl Marx (2001), que expressa a massa de trabalhadores excedentes das necessidades de produção.

passa da condição de “classe em si” a “classe para si”⁷.

Foram muitas as manifestações que constituem o desenvolvimento de resistência, bem como lutas sociais, os motins e reivindicações eram frequentes, porém não havia uma liderança, com isso ocorria casos de violência e concorrência entre os trabalhadores.

Em cada momento histórico as expressões da questão social vão ganhando outras formas, formas essas que chamamos de novas expressões da questão social, podendo se observar que está cada vez mais evidente e exposta na coletividade, destacando-se o desemprego que está atrelado à falta de mão de obra qualificada e a substituição por máquinas, falta de saneamento básico, violência que se manifesta em diversas formas, analfabetismo, ausência de moradias adequadas, fome, uso de álcool e outras drogas, que estão relacionados à desigualdade social. Contexto no qual são ínfimas as famílias que tem acesso aos serviços públicos, fazendo com que a sociedade se torne cada vez mais vulnerável, aumentando o número de famílias que vivem em condições desumanas e degradantes.

Diante dos elementos que compõe a gênese da Questão Social, citamos ainda o movimento ludita, que ficou conhecido como a destruição das máquinas. Movimento este que demonstra que os trabalhadores ainda não eram capazes de ver o alvo correto, não estavam atingindo seu oponente, ou seja, o capitalista. Movimento este que trouxe penalidades de até pena de morte aos protestantes. Contudo, importantes conquistas foram atingidas, como outras linhas de organização que deram origem aos sindicatos e através da Carta do Povo como afirma Martinelli:

[...] tal carta, de natureza nitidamente política, estabelecia os seis grandes objetivos buscados pela classe trabalhadora:

- “1. Sufrágio universal para todos os homens adultos, sãos de espírito e não condenados por crime;
2. Renovação anual do Parlamento;
3. fixação de uma remuneração parlamentar, a fim de que os candidatos sem recursos possam igualmente exercer um mandato;
4. eleições por escrutínio secreto, a fim de evitar a corrupção e a intimidação

⁷ A classe em si, se constitui somente na existência da classe, enquanto a classe para si representa a tomada de consciência e pertencimento da classe, ou seja, é quando a classe trabalhadora começa a reivindicar por melhores condições através de lutas e se distingue de outras classes.

pela burguesia;

5. circunscrições eleitorais iguais, a fim de assegurar representações equitativas;

6. abolição da disposição, agora já meramente nominal, que reserva a elegibilidade exclusivamente aos proprietários de terras no valor de pelo menos 300 libras esterlinas, de modo que cada eleitor seja a partir de agora elegível” (Martinelli, 2011, p. 48).

Movimento muito significativo para uma nova pulsação quanto às manifestações dos trabalhadores, além da determinação da jornada de trabalho de 10 (dez) horas, porém esse período o qual estava marcado pelo desemprego acompanhado da fome advinda da baixa produtividade e alta dos preços. Através de lutas, a Questão Social é resultado da “exploração do trabalho pelo capital”, não somente ligada a forte pauperização, mas também com a necessidade da superação da forma da sistematização produtiva. “Nesse momento, fica claro que o confronto principal não era entre “pobres” e “ricos”, e sim, entre trabalhadores, operários e patrões, capitalistas; era contra a exploração do trabalho pelo capital” (Santos, 2012, p. 43).

Uma nova fase do capital surge: o Capitalismo Monopolista, marcada pelo crescimento da Questão Social que sem interrupção continuava sendo produzida e reproduzida, principalmente em meio a grandes guerras mundiais que trouxeram numerosos impactos sociais. Contudo, apesar das diversas expressões da Questão Social, priorizamos o desemprego como um dos determinantes, pois é o resultado direto da “superpopulação excedente” considerando a “lei geral da acumulação do capital”.

Porém acreditamos que para uma compreensão mais adequada acerca da Questão Social, é importante abordar as particularidades na formação social brasileira e suas expressões contemporâneas, considerando a realidade do país. Haja vista que a Questão Social é, como já foi mencionada, uma contradição capital versus trabalho, e diante disso, é importante citar que está presente em diferentes formações sociais existentes e que cada qual expressam suas particularidades.

Contudo, para tratar da Questão Social e suas particularidades no Brasil, é indispensável que se faça uma reintegração de momentos que marcaram de alguma forma a chegada do capitalismo na formação social brasileira e, posteriormente, seus desdobramentos neste cenário.

Segundo Santos (2012), “a origem da formação social brasileira tem sua gênese na condição de Colônia de Portugal por ocasião do período conhecido como expansão marítima”. Nesse período, devido a crises econômicas, guerras, dentre outros fatores, Portugal demandava por expandir sua base geográfica e uma população a ser explorada. Esse país já era dotado de experiência no que diz respeito ao comércio e o interesse principal era obter lucros com essas atividades. Foi esse o fator principal que lançaram alguns portugueses às chamadas Grandes Navegações. A Colonização (1500 a 1822) assinala fases como a instauração do Governo Geral, que foi estabelecido por ocupações de território. Logo após é marcado por um período que prepondera a mineração e num terceiro momento a crise do modelo colonial é estabelecido pela precisão de expandir a produção capitalista.

O período colonial se caracterizou principalmente por uma economia mantida pelas propriedades rurais, marcada pela desigualdade no que diz respeito à agricultura, e similarmente com a extinção da população indígena, e a implantação de uma política embasada tanto nos interesses públicos quanto nos privados.

Outro estágio importante na formação social brasileira foi o período monárquico (1822 a 1889), que caracterizou-se pela cafeicultura e predominância em sua exportação e com isso a exploração do trabalho escravo. A abolição da escravatura e a Proclamação da República se deram principalmente com a necessidade de expandir o trabalho assalariado para que com isso se ampliasse a economia em diversos setores com o objetivo de expansão da acumulação capitalista, bem como a resistência imposta pelos negros e a interferência praticada pela Inglaterra.

Diante da abolição do trabalho escravo e instituição do trabalho assalariado, o que foi importante para o estabelecimento do capitalismo, se constitui no Brasil, ainda três fatores principais, que primeiramente se trata da predominância da economia baseada na agroexportação que se deu durante a República Velha (1889 a 1930).

Esse período ficou marcado por, além da superexploração, inúmeros antagonismos na qualidade de expressões da Questão Social, - vistas pelo Estado extremamente repressor como criminalidade - Nesse momento o Estado começa a reconhecer que a Questão Social pode ser considerada tal como um problema político, porém, diversos aspectos da Questão Social até este momento são tratados como caso de polícia.

O segundo fator é a fase da industrialização restringida que se deu no Governo

Vargas que continuou com a valorização da agroexportação e auxiliou no desenvolvimento da indústria no país. Ainda neste governo a atuação do Estado se deu de forma diferente no que se refere à Questão Social a qual anteriormente era tratada como repressão e criminalização. Além disso, também pode contar com a regulamentação de direitos trabalhistas e sociais, ocasião da qual se instituiu um sistema de proteção social básica.

E em terceiro, a industrialização pesada, momento no qual o capitalismo brasileiro se consolida e a burguesia se une ao Estado através de seu poder político. O modelo econômico nesse momento é determinado pela associação da economia nacional à divisão do trabalho, fazendo com que o avanço industrial dependa do capital internacional. Ou seja, ao mesmo tempo em que houve esse avanço industrial, o país ainda mantinha uma sujeição a outros países.

O poder público começa a fazer investimentos para a expansão da economia. Com isso, ocorrem avanços em várias áreas, apesar desse progresso as políticas eram voltadas à classe inserida no mercado de trabalho, fazendo com que os desempregados e trabalhadores informais sejam excluídos. Dessa forma, as expressões da Questão Social neste momento, passam a ser, desigualdade social, multidões pauperizadas, desprovidas de habitação, mínimas condições de saúde, verdadeiramente em situações miseráveis, bem como, falta de garantia e defesa de seus direitos.

Posteriormente, o país passa por intensas disputas políticas, projetos capitalistas e comunistas, os quais foram influenciados pelo contexto internacional, fator esse que estava relacionado às classes burguesas e médias, classes das quais estavam em favor do Golpe Militar que perdurou de 1964 a 1985. Neste período, se ressalta o crescimento da burocracia estatal usado como forma de controle do Estado quanto às classes; a repressão e a criminalização das lutas sociais por parte do Estado; o aumento das desigualdades sociais e regionais, além do aumento do poder econômico de alguns grupos que mantinham o monopólio.

Tendo em vista, as particularidades da formação do capitalismo no Brasil, faz-se necessário ressaltar que, diante do fato de o capitalismo chegar tardiamente no país em destaque, a modernização ocorreu vagarosamente baseada num caráter conservador, alicerçada a um método que não rescindiu com múltiplas condições de atraso, assim como o poder comandado apenas por uma classe social e a autonomia da burguesia, além da contínua condição de um país agroexportador e exportador de matérias primas, são expressões relevantes desta realidade.

Outra peripécia foi a exclusão da classe trabalhadora ao que se relaciona às

decisões políticas no país, mantendo a classe burguesa e o Estado no controle das decisões e conduções dos processos e alterações de forma que não ocasionasse modificações no modelo econômico tanto quanto no padrão de acumulação e no poder político.

Concomitante a isso, cabe destacar também que o Estado possuiu uma função primordial para a formação do capitalismo brasileiro, pois se instaurou como um agente fundamental desse processo no âmbito político e econômico. Isto é, o Estado passou a viabilizar os interesses privados, característica da qual ainda compõe a realidade brasileira.

Diante de todo esse processo que transpassa as peculiaridades da constituição da Questão Social na formação brasileira, no que tange a formação da classe trabalhadora, pode-se perceber que historicamente é marcada pela condição de superexploração desde o surgimento do trabalho assalariado, da mesma maneira que, pela falta de direitos garantidos, além de submissão ao que remete-se à autoridade transmitida tanto pelo Estado quanto por parte da burguesia, dificultando a organização sindical autônoma.

Apartir desse período, e especialmente como Governo de Juscelino Kubitschek, se prevalece um contexto antidemocrático, a fragmentação do trabalho urbano e rural, como entre formal e informal, além do exacerbado crescimento das desigualdades sociais, o aviltamento dos salários, assim como, políticas de proteção social e leis trabalhistas cada vez mais fragilizadas, fragmentadas e focalizadas, considerando uma dialética de cidadania regulada⁸.

Nesse sentido, a precariedade e a flexibilidade se converteram em características que compõem e estruturam a realidade do regime do trabalho no Brasil, tendo sido aperfeiçoadas durante o chamado fordismo à brasileira⁹.

Para isso, o Estado nesse momento passou a regular as relações, o que se deu através da instauração de uma política de pleno emprego. Isso porque,

⁸ Cidadania Regulada consiste em uma definição criada por Wanderley Guilherme dos Santos para explicar como se deu o processo da política econômico-social no Brasil. Este conceito se constitui em um sistema aberto e totalmente controlado pelo Estado, onde o acesso aos direitos eram condicionados a uma cidadania regulada, ou seja, só teriam acesso às legislações e a privilégios o trabalhador que estivesse regularizado e possuísse um emprego formal. Sendo assim, como destaca Oliveira (2009), o conceito de cidadania regulada define como cidadãos àqueles indivíduos que exercem profissões definidas e reconhecidas por lei.

⁹ O Fordismo expressa relação com o chamado “anos de ouro” do capitalismo. Era definido por uma produção em massa e em série, seguido de um crescimento das forças produtivas, além de um crescimento econômico, ficou marcado por uma crise de superprodução e superacumulação, sendo que para dar respostas a essa crise passou por uma reestruturação nas relações de produção.

devido à alta produtividade, requisitava um alto mercado consumidor, para o qual demandava por um crescimento de empregos e salários, ou seja, havia uma necessidade de escoamento das mercadorias produzidas. Esse momento expressou para os países centrais um grande avanço para a classe trabalhadora.

Diante dessa necessidade de massificação do consumo como consequência da produção em massa, foi possível o expressivo fortalecimento do papel dos sindicatos, através das negociações coletivas, obtendo ganhos históricos substantivos para a classe trabalhadora, como foi o caso dos aumentos salariais associados à elevação da produtividade (SANTOS, 2012, p. 159).

Ao lado disso, a norma salarial fordista integrada pela ampliação da proteção social, sob o chamado Estado de Bem Estar Social, aliado a política de Keynes onde o Estado não é somente opressor e coercitivo, mas atendia a algumas demandas da classe trabalhadora. Além disso, se manifesta como um Estado benfeitor das políticas sociais e da democracia, ou seja, além de atender a burguesia dava respostas também à classe trabalhadora, numa lógica baseada no pleno emprego, o que elevava mais uma vez o consumo. Esse período ficou marcado por regulação e estabilidade de emprego, obtidas pelas negociações coletivas, inerentes a esse contexto tipicamente fordista. Já no caso do Brasil, no que diz respeito ao Fordismo à Brasileira, não houve essa estabilidade como nos países centrais, ao contrário, o que ocorreu foi uma precarização e uma flexibilização das ocupações.

Devido às características particulares do Brasil, de um desenvolvimento tardio, o fordismo, ao contrário dos países desenvolvidos, não foi associado às garantias de direitos para a classe trabalhadora. Contudo, quanto mais a industrialização no país crescia, em passos largos multiplicava a exclusão social. Ademais, o que prevaleceu em nosso país ao invés dos contratos coletivos foram os contratos individuais de trabalho. Dessa forma, enfatiza Santos (2012), “por uma acentuada flexibilidade do mercado de trabalho, expressa pelas altas taxas de rotatividade no emprego”. Sendo assim, as características, bem como as condições políticas que possibilitaram a norma fordista de consumo em massa nos países desenvolvidos foram totalmente diferentes da realidade do Fordismo a Brasileira.

Em consequência de que, historicamente, o trabalho se constitui por instabilidade, precariedade, desvalorização salarial e demasiada exploração da força de trabalho, o desemprego se constitui como cunho fundamental

de constituição da Questão Social no Brasil. Portanto, com a reestruturação produtiva do capital, a conformação do sistema de trabalho, bem como o modo de regulação estatal tiveram alterações, tendo em vista a preservação de acumulação do capital em detrimento das conquistas de direitos da classe trabalhadora.

Com a crise do padrão desenvolvimentista, o Estado muda sua função na economia, e com isso, conseqüentemente aumenta a instabilidade de emprego, cai a média salarial e minimiza as vagas de emprego, ampliando, dessa forma, o setor terciário. Entretanto, é uma fase de grande avanço na ordenação e luta dos movimentos sindicais, que se evidencia pela junção de lutas tanto econômicas quanto políticas, onde uma das mais importantes respostas a essas lutas foi a Constituição Federal que garante os direitos sociais, e a Questão Social recebe caráter político.

O capitalismo vai tomando novas roupagens e com isso a vinda do neoliberalismo, que configura novas expressões da Questão Social, expressões essas que se presenciam diante das transformações da sociedade moderna.

2.2 Questão Social e o desmonte das políticas sociais na perspectiva neoliberal.

O quadro político, econômico e social que hoje vivenciamos não pode ser entendido sem uma reflexão crítica da ofensiva neoliberal que visou a desconstrução do Estado de Bem Estar Social logo após a crise dos anos gloriosos do capital, no final da década de 70. Por seu turno, o ideário neoliberal, em países que não chegaram a experimentar as benesses do Keynesianismo, nos quais se incluem o Brasil, trouxe rebatimentos profundos, agudos e inéditos na vida da massa vulnerabilizada redimensionando, assim, as expressões da Questão Social.

Diante do fato do Estado assentar-se ao lado do grande capital, e ser considerado como afirma Marx (1999) o “comitê executivo” da burguesia, onde além de preservar a propriedade privada dos meios de produção, também atribui total suporte a classe dominante, não se priva até mesmo no que diz respeito a transferir recursos públicos para a reprodução desse sistema. Isso acirra cada vez mais a Questão Social e suas expressões.

Nesse contexto surgem as políticas sociais, e é notório que a classe trabalhadora teve total influência para que isso ocorresse no que tange a capacidade de mobilização e de organização dessa classe, que busca vigorosamente por seus

direitos. Porém, as políticas sociais surgem também como instrumentos para a regulação da ordem e com a intenção de assegurar as condições convenientes ao desenvolvimento do capitalismo monopolista. Assim, Netto coloca,

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2007, p. 30).

E ainda afirma,

Sincronizadas em maior ou menor medida à orientação econômico-social macroscópica do Estado burguês no capitalismo monopolista, o peso destas políticas sociais é evidente, no sentido de assegurar as condições adequadas ao desenvolvimento monopolista. É, no nível estritamente político, elas operam como um vigoroso suporte da ordem sócio-política: oferece um mínimo de respaldo efetivo á imagem do Estado como “social”, como mediador de interesses conflitantes. Esta resultante não se produz apenas pelo real atendimento [...] de demandas de segmentos das classes subalternas (NETTO, 2007, p. 31).

Ou seja, as políticas sociais criadas são essenciais para que a classe dominante possa se reproduzir, isso em um nível político, pois faz com que seja apresentada uma ideologia e uma concepção de que o Estado assegura algum direito à classe trabalhadora, buscando assim oprimir e conter essas massas e garantir certa ordem. Mas que por outro lado, não deixa de ser uma conquista por parte da classe trabalhadora. E essas ideologias se fazem presente, a nível mundial, desde os países desenvolvidos até os subdesenvolvidos como por exemplo, o Brasil.

O que se pode perceber ao longo do tempo no cenário brasileiro é que as expressões da questão social que mais se destacam apesar de suas metamorfoses, foram desigualdade social e o desemprego desde o ressurgimento do liberalismo clássico denominado de neoliberalismo, mais especialmente na década de 90 e que trazia consigo novos ideários.

A produção desses fenômenos está, intrinsecamente, relacionada aos ditames

ideológicos oriundos do Consenso de Washington¹⁰, que determinou aos chamados países emergentes uma reforma do Estado. A referida Reforma além de operar ofensivamente contra o trabalho fragilizando os trabalhadores, ou seja, trazendo o desemprego massivo, enfraquecendo sua organização enquanto classe trabalhadora, similarmente, destinou-se ao desmonte irrestrito das políticas sociais.

O discurso neoliberal tem o propósito de conceder título de modernidade ao que há de mais ultrapassado na sociedade brasileira, ou seja, dispõe de uma ideologia controladora em que a meta se torna colocar o mercado acima de todas as coisas, até mesmo da vida social, ultrapassando o setor público, onde existe uma transferência das responsabilidades do Estado para o mercado e para a própria sociedade civil, fazendo assim com que os direitos considerados universais não sejam alcançados por todos.

Segundo Iamamoto:

a desigualdade que preside o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas particularidades históricas: o moderno se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica brasileira ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-as no contexto da globalização. Isso atribui um ritmo histórico particular ao processo de mudanças, uma cadência histórica particular, em que tanto o novo quanto o velho se alteram. Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais faz com que a questão social presente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a (IAMAMOTO, 2000, p. 37).

Esse retorno neoliberal fez com que aumentasse significativamente a massa de trabalhadores sobrantes, ocasionando um enfraquecimento das lutas sindicais, além de aumentar em alto índice o número da pobreza. Assim, essa corrente também encarrega-se de colocar o mercado como regulador das relações econômicas, passando a ideia de individualidade, ou seja, que o indivíduo por si próprio se sustentasse com base no mercado, buscando recursos e consumo fornecidos por ele.

¹⁰ Diante dos acontecimentos políticos e sociais, foi realizada uma reunião com economistas da América Latina e reguladores de financiamento na cidade de Washington em 1989, onde ficou conhecido como “Consenso de Washington”, sendo o que ali ficasse decidido daria base, um norte para os processos econômicos. O Estado usa o fundo público para investir em iniciativas privadas contribuindo, portanto, para o desenvolvimento do neoliberalismo pelo mundo.

Ao lado disso, uma idealização neoliberal é a não participação do Estado na economia, onde o mercado tem total liberdade para se expandir e para fazer crescer o capital, ao mesmo tempo não tem a intenção de responder as necessidades da classe pauperizada, que é considerada o mártir desse cenário.

Na sociedade em que vivemos, a pobreza é uma condição que atinge diretamente os indivíduos e está expressa na relação de desigualdade social, é constituída no progresso do modo de produção capitalista e sua exploração, e que não é específico de uma ou outra região, é uma questão coletiva.

Essa desigualdade social, que também pode ser denominada como desigualdade econômica, é uma complicação social existente no mundo inteiro, resultante da péssima divisão de renda e pela omissão de investimento na área social. A pobreza é um fenômeno multidimensional, onde falta o que é fundamental no sentido de bem-estar material, e se relaciona com esse conceito a ausência de autoridade e autonomia dessa parcela da população que está sujeitada à exploração, à completa vulnerabilidade e exposta.

Essa estratégia de transferência das responsabilidades do Estado para o mercado trás consigo uma perda e um desmonte dos direitos da classe trabalhadora pois, diante da carta constitucional e do âmbito jurídico, existe uma igualdade formal dos direitos, mas ao lado disso no campo socioeconômico, não é assim que se sucede, pois o que se pode atentar é uma desigualdade social cada vez mais presente no que diz respeito às políticas públicas e sociais que estão se tornando cada vez mais precárias, fragmentadas e seletivas, não unificadas e não universalizadas, onde poucos têm acesso a seus direitos.

Conseqüentemente, o que é disponibilizado para a classe subalterna são as chamadas “políticas pobres para pobres”, que muitas vezes não dão conta de atender nem a população em extrema pobreza, quanto mais dará para suprir os direitos pertencentes a todos que a lei assegura.

A Reforma do Estado influenciada pelo projeto neoliberal traz algumas características marcantes para a desconstrução dos direitos da classe trabalhadora no que tange as políticas sociais priorizando o desmonte irrestrito dessas políticas, tendo em vista a manutenção do capital.

Uma vez que o neoliberalismo expressa relação com um Estado mínimo, as políticas sociais sofrem uma significativa precarização, além de uma mudança na dinâmica do Estado, onde este não expressa uma execução direta dessas políticas, e para isso usa de uma técnica destinando a classe subalterna ao Terceiro Setor, como por exemplo, implementando as ONG's, e impondo a atuação da sociedade

civil junto a gestão das políticas, reforçando cada vez mais a desresponsabilização do Estado para com elas como afirma Behring & Boschetti (2009). Concomitante a isso, ocorre uma negação dos direitos sociais enquanto universalidade e cidadania, o que se caracteriza em um retrocesso dos direitos já garantidos.

Diante desse quadro de enorme complexidade, no entanto, ao invés de evoluirmos para um conceito e uma estratégia no sentido de construir uma rede universal de proteção social que explicita o dever do Estado na garantia dos direitos sociais, retrocedemos a uma concepção de que o bem-estar pertence ao âmbito privado, ou seja, as famílias, a comunidade, as instituições religiosas e filantrópicas, devem responsabilizar-se por ele, numa rede de “solidariedade” que possa proteger os mais pobres (MONTAÑO, 2003, p.12).

Essa substituição dos deveres do Estado quanto às responsabilidades sociais para o Terceiro Setor, vem com o objetivo de tornar cada vez mais seletivo, condicionado e precário os recursos oferecidos à classe que demanda, pois são oferecidas medidas consideradas compensatórias. Por outro lado, responde mesmo que de forma precarizada algumas dessas demandas da classe trabalhadora, onde culmina numa desmobilização da referida classe e produz consenso. Sendo assim, o intuito maior é a retirada do Estado no que diz respeito ao trato da Questão Social e suas expressões.

A sociedade civil é colocada nesse sentido para dar respostas aos danos que a ofensiva neoliberal trouxe para a sociedade brasileira, principalmente aos que necessitam das políticas e serviços públicos ofertados pelo Estado.

Pode-se perceber então que existe uma fragilização dos direitos previstos na Carta Magna de 1988, e que foram conquistados através de lutas e movimentos sociais, onde são agora descentralizados do Estado e repassados para a sociedade civil. Vivemos em um tempo em que o cidadão, ao acessar um serviço público, resigna-se ao perceber que, apesar de ser um sujeito de direitos, não consegue o atendimento imediato e de qualidade de sua demanda básica.

Nessa perspectiva, existe uma dificuldade de acesso aos direitos pertencentes a todos, havendo burocratização para efetivação dos mesmos, isso, quando pensamos em um serviço público. Porém, quando essa emergência é trazida para o âmbito da iniciativa privada, as possibilidades de articulação que visam obter o atendimento de suas requisições são imediatamente fragmentadas, pois como exigir um direito se as instituições do Terceiro Setor, ainda que, em muitos casos,

são financiadas pelo governo e não trabalham pelo norte do direito, mas sim da solidariedade, da benevolência, da caridade e da ajuda?

Nesse contexto, acontece uma desarticulação na consciência dos indivíduos enquanto cidadãos portadores de direitos e agrava ainda mais a Questão Social e a regressão das políticas sociais públicas. Assim como afirma Iamamoto,

[...] as múltiplas manifestações da questão social, sob a órbita do capital, tornam-se objetos de ações filantrópicas e de benemerência e de “programas focalizados de combate à pobreza”, que acompanham a mais ampla privatização da política social pública, cuja implementação passa a ser delegada a organismos privados da sociedade civil, o chamado “terceiro setor” (IAMAMOTO, 2011, p. 155).

Um dos ideários dessa Reforma é a privatização dos recursos, onde gradativamente as políticas públicas vem sofrendo desmontes, políticas que eram consideradas públicas passam a ter condicionalidades de acesso, além de serem focalizadas e direcionadas para setores mais específicos que expressam um nível mais alto de carência.

Nessa perspectiva, a política social vem sendo discernida pela segmentação e fragmentação, além de práticas pontuais e imediatistas. Nesse sentido, tem-se como grandes obstáculos da política social o de intervir na pobreza, bem como vê-la como ação real no enfrentamento quanto a desigualdade social, não sendo visualizada somente como paliativo ou algo pontual.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, infere-se que a questão social manifesta-se como fenômeno histórico cujo os elementos fundamentais permanecem intocados e inalterados: a acumulação de riqueza por uns em detrimento da expropriação e destituição de muitos outros, os pobres, os pauperizados, os excluídos, que parecem sem lugar na cena histórica.

No entanto, são estes mesmos excluídos, expropriados e destituídos que conseguem ultrapassar, através de suas lutas, estigmas como de vagabundo, vadio, mendigos, colocando-se como trabalhadores, desempregados, bradando para todos o horror de uma tragédia onde os sofisticados meios de produção impõem a eles a condição de “inempregáveis”.

As estratégias de enfrentamento comportam desde o Estado provedor de bens e serviços a um Estado minimalista, responsabilizando a sociedade por meio de suas redes de solidariedade pelo enfrentamento da questão social.

Ao Estado contemporâneo, cuja soberania como Estado-Nação vê-se esvaziada, são postos desafios como a garantia de sociedades justas, mas segundo critérios utilitaristas do mercado e voluntaristas da sociedade e, portanto, sem os meios cívicos para exercer essa garantia.

Portanto, pode-se perceber assim, muitos avanços no que diz respeito ao progresso econômico e ao aumento da riqueza, no entanto, isto vem sendo seguido por uma amplificação e aprofundamento das desigualdades sociais e do pauperismo. Sendo assim, afirma o conceito de que a Questão Social até este momento não se constitui como prioridade do Estado brasileiro ao que refere ao enfrentamento da pobreza e, assim como da miséria, não modificando a situação da desigualdade social.

Dessa forma, o tratado da Questão Social e suas expressões no Neoliberalismo, é objetivando liquidar os direitos relacionados às políticas sociais e assistenciais, e conseqüentemente o agravamento das mesmas.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 3º ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. 3º ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

_____. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41º ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia: Coleção primeiros passos**. 38. ed São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Ed. RidendoCastigat Mores, 1999.

_____. O capital. Livro I. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1 e 2.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2º Edição. São Paulo: Cortez, 2003.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Cinco Notas a propósito da Questão Social**. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: Particularidades no Brasil**. São Paulo Ed. Cortez 2012.